



PATRÍSTICA

Origem e desenvolvimento das
doutrinas centrais da fé cristã

J.N.D. KELLY

PATRÍSTICA

Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã

ENDOSSO

Pelo menos dois erros graves se destacam em nossa época conturbada: a busca da novidade pela novidade e a ignorância do passado. Seja quanto à estrutura e vida da igreja, seja quanto à ética na política ou ao número e significado dos atributos de Deus não é raro ver teses do passado sendo anunciadas como o último e mais fino fruto de mentes iluminadas dos dias de hoje.

Por isso, mais do que nunca precisamos de verdadeiros mestres, que nos ajudem a entender as bases históricas e bíblicas de nossas crenças, com toda a informação sobre os embates de tempos passados, para que possamos respeitar quem pensa diferente e reconhecer o quanto de fundamento sólido temos em comum. Um desses mestres é John N. D. Kelly, e o curso magistral oferecido é esta obra que o leitor tem em mãos. Aproveite!

Daniel de Oliveira

Linguista e professor de hebraico, grego e exegese bíblica

CONTEÚDO

Prefácio à Quinta Edição em Inglês	V
Prefácio à Primeira Edição em Inglês	VII
Abreviaturas	XII

PRIMEIRA PARTE PROLEGÔMENOS

<i>Capítulo Um - OS ANTECEDENTES</i>	3
1. A Época Patrística	3
2. O Judaísmo	5
3. As Tendências Religiosas no Império Romano	9
4. A Filosofia Greco-Romana	11
5. O Neoplatonismo	15
6. A Via Gnóstica	16

<i>Capítulo Dois - A TRADIÇÃO E AS ESCRITURAS</i>	21
1. A Norma da Doutrina	21
2. O Período Inicial	22
3. Irineu e Tertuliano	26
4. O Terceiro e o Quarto Século	30
5. O Apelo aos Pais	35

<i>Capítulo Três - AS ESCRITURAS SAGRADAS</i>	38
1. O Antigo Testamento	38
2. O Cânon do Novo Testamento	41
3. A Inspiração das Escrituras	44
4. A Unidade dos Dois Testamentos	48
5. A Tipologia e a Alegoria	51
6. A Reação Antioquiana	55

SEGUNDA PARTE A TEOLOGIA PRÉ-NICENA

<i>Capítulo Quatro - A TRÍADE DIVINA</i>	61
1. Um Só Deus Criador	61
2. A Fé da Igreja	64
3. Os Pais Apostólicos	66
4. Os Apologistas e o Verbo	71
5. Os Apologistas e a Trindade	75
6. Irineu	77

<i>Capítulo Cinco - O TRINITARISMO DO TERCEIRO SÉCULO</i>	81
1. Introdução	81

4. Os Capadócius e a Trindade	199
5. A Trindade no Ocidente	203
6. A Contribuição de Agostinho	205
<i>Capítulo Onze - A CRISTOLOGIA DO QUARTO SÉCULO</i>	211
1. Introdução	211
2. Os Arianos e Eustácio	212
3. A Cristologia de Atanásio	214
4. O Apolinarismo	218
5. A Reação Ortodoxa	223
6. A Cristologia Antioquiana	228
<i>Capítulo Doze - A SOLUÇÃO CRISTOLÓGICA</i>	234
1. O Nestorianismo	234
2. Cirilo de Alexandria	240
3. De Éfeso para a Unidade	244
4. O Caso de Êutico	249
5. O Ocidente e Leão I	252
6. A Solução de Calcedônia	255
<i>Capítulo Treze - O HOMEM CAÍDO E A GRAÇA DE DEUS</i>	259
1. A Origem da Alma	259
2. Atanásio e a Queda	260
3. Os Pais Gregos	262
4. O Ocidente Antes de Agostinho	266
5. A Doutrina de Pelágio	269
6. Agostinho e o Pecado Original	273
7. Graça e Predestinação	277
8. A Solução Ocidental	280
9. O Oriente no Quinto Século	282
<i>Capítulo Quatorze - CRISTO E SUA OBRA DE SALVAÇÃO</i>	285
1. A Chave para a Soteriologia	285
2. Atanásio	286
3. Os Pais Gregos do Quarto Século	289
4. O Ocidente no Quarto Século	293
5. Agostinho	296
6. O Oriente no Quinto Século	300
<i>Capítulo Quinze - O CORPO MÍSTICO DE CRISTO</i>	304
1. A Eclesiologia no Oriente	304
2. O Oriente e a Sé Romana	308
3. As Doutrinas Ocidentais: Hilário e Optato	310
4. As Doutrinas Ocidentais: Agostinho	312
5. O Ocidente e a Primazia Romana	316

2. Hipólito e Tertuliano	82
3. O Monarquianismo Dinâmico	86
4. O Monarquianismo Modalista	89
5. A Teologia Romana	91
6. Clemente e Orígenes	94
7. A Influência de Orígenes	98
<i>Capítulo Seis - OS PRIMÓRDIOS DA CRISTOLOGIA</i>	102
1. Soluções Unilaterais	102
2. A Cristologia do Espírito	105
3. Os Apologistas e Irineu	107
4. A Contribuição do Ocidente	110
5. A Escola de Alexandria	114
6. O Oriente depois de Orígenes	117
<i>Capítulo Sete - O HOMEM E SUA REDENÇÃO</i>	121
1. A Era Pós-Apostólica	121
2. Os Apologistas	123
3. A Teoria da Recapitulação	127
4. O Ocidente no Terceiro Século	130
5. O Oriente e a Doutrina do Homem	134
6. Idéias Orientais acerca da Obra de Cristo	138
<i>Capítulo Oito - A COMUNIDADE CRISTÃ</i>	142
1. Os Primórdios da Ecclesiologia	142
2. As Primeiras Idéias sobre os Sacramentos	145
3. Avanços na Doutrina da Igreja	150
4. O Batismo no Terceiro Século	156
5. O Desenvolvimento da Doutrina Eucarística	159
6. A Disciplina da Penitência	163
TERCEIRA PARTE	
DE NICÉIA A CALCEDÔNIA	
<i>Capítulo Nove - A CRISE NICENA</i>	169
1. Os Antecedentes do Conflito	169
2. O Ensino de Ário	172
3. A Teologia de Nicéia	175
4. Os Desdobramentos de Nicéia	179
5. O Partido Niceno e Atanásio	181
6. Os Antinícnos	187
<i>Capítulo Dez - A DOUTRINA DA TRINDADE</i>	190
1. A Volta ao <i>Homousion</i>	190
2. O <i>Homousion</i> do Espírito: Atanásio	192
3. O <i>Homousion</i> do Espírito: os Capadócijs	195

<i>Capítulo Dezesseis - A DOUTRINA POSTERIOR DOS SACRAMENTOS</i>	320
1. Teoria Geral	320
2. O Batismo	325
3. A Confirmação ou Crisma	329
4. A Penitência	331
5. A Presença na Eucarística	334
6. O Sacrifício Eucarístico	342

QUARTA PARTE EPÍLOGO

<i>Capítulo Dezesete - A ESPERANÇA CRISTÃ</i>	341
1. A Tensão na Escatologia	345
2. Conceitos do Segundo Século	350
3. O Desenvolvimento do Dogma	353
4. Orígenes	357
5. O Pensamento Posterior: A Ressurreição do Corpo	361
6. O Pensamento Posterior: <i>Parousia</i> e Julgamento	365
7. A Vida Eterna	370
<i>Capítulo Dezoito - MARIA E OS SANTOS</i>	374
1. Os Mártires e os Santos	374
2. Maria no Período Anteníceno	375
3. De Nicéia a Éfeso	377

ÍNDICE GERAL	383
--------------	-----

ABREVIATURAS

ACO	E. Schwartz, <i>Acta conciliorum oecumenicorum</i> .
LXX	Septuaginta.
Mansi	J. D. Mansi, <i>Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio</i> .
PG	J. P. Migne, <i>Patrologia Graeca</i> .
PL	J. P. Migne, <i>Patrologia Latina</i> .

Na citação de textos patrísticos, geralmente as edições usadas foram as de J. P. Migne (especialmente nas citações de Irineu) ou, quando disponíveis, as do Corpus Berlinense de pais gregos e do Corpus Vienense de pais latinos. As referências às páginas são fornecidas apenas quando as divisões de capítulos são inadequadas ou inexistentes. Em alguns casos, faz-se referência a edições conhecidas, não às mencionadas acima; nessas ocasiões, em geral, a página é dada após o nome do editor.

PRIMEIRA PARTE

PROLEGÔMENOS

Capítulo Um

OS ANTECEDENTES

1. A ÉPOCA PATRÍSTICA

O objetivo deste livro é esboçar o desenvolvimento das principais doutrinas cristãs desde o final do primeiro século até meados do quinto. A escolha desses limites não é tão arbitrária ou artificial como se pode supor à primeira vista. Existe uma conveniência óbvia em colocar o ponto de partida fora do Novo Testamento. A diferença não está apenas no ensino, que é um campo de estudo distinto e altamente especializado: percebe-se imediatamente a mudança de atmosfera quando se passa da era apostólica para a pós-apostólica. Por outro lado, o Concílio de Calcedônia (451) viu o começo do ocaso do primeiro período de criatividade doutrinária. As discussões estavam longe de chegar ao fim; para dar apenas um exemplo, a questão cristológica que se tentou resolver em Calcedônia continuou gerando intensa controvérsia durante várias gerações. No que diz respeito à vertente central da cristandade, porém, o notável surgimento de novas idéias que havia caracterizado os primeiros séculos tinha-se esgotado. Por volta do sexto século, tanto no Oriente quanto no Ocidente, o formalismo e o escolasticismo já haviam começado a reinar.

Para compreender bem o período patrístico, o aluno precisa, no mínimo, de um conhecimento panorâmico da história e da patrologia da igreja. Aqui, só temos espaço para chamar a atenção para um ou dois de seus aspectos mais marcantes. Em primeiro lugar, o estudante não deve esperar encontrar, caracterizada nessa época, a homogeneidade doutrinária com a qual ele pode ter-se deparado em outras épocas. Por estar ainda em fase de formação, a teologia dos primeiros séculos apresenta os extremos de imaturidade e de refinamento. Existe, por exemplo, um contraste extraordinário entre as versões do ensino da igreja ministrado pelos pais apostólicos do segundo século e um teólogo competente do quinto século, como Cirilo de Alexandria. Além disso, as condições eram favoráveis à coexistência de uma ampla variedade de opiniões, mesmo nos assuntos de importância fundamental. Os estudantes de hoje às vezes ficam surpresos com a diversidade de tratamentos dispensados até mesmo pelos pais posteriores a um mistério como a expiação; e era comum certos pais (Orígenes é o exemplo clássico), mais tarde considerados heréticos, serem contados entre os ortodoxos enquanto viviam. A explicação não é que a igreja antiga fosse indiferente à distinção entre ortodoxia e heresia. A verdade é que, embora o esboço geral da verdade revelada tenha sido respeitado desde o começo, como uma herança sacrossanta recebida dos apóstolos, em muitos aspectos sua

explicação teológica não recebeu restrição alguma. Apenas gradualmente, e mesmo assim com respeito a relativamente poucas doutrinas que se tornaram objeto de debate, firmou-se a tendência de insistir em definições precisas e numa uniformidade rígida.

Duas importantes linhas divisórias, uma vertical e outra horizontal, atravessam o período. A primeira é a diferença de temperamento teológico entre o Oriente e o Ocidente. Por razões históricas, Roma e as igrejas imediatamente associadas a ela (Gália, Espanha, Norte da África, etc.) desenvolveram-se relativamente independentes das igrejas orientais, e isso se reflete em seus credos, liturgias e atitude doutrinária. Enquanto os teólogos gregos são em geral intelectualmente ousados, tendendo à especulação, seus colegas latinos, com exceção daqueles sujeitos às influências orientais, parecem, pelo contrário, cautelosos e prosaicos, limitando-se a expor a regra tradicional de fé. Como exemplo extremo dessa diferença, basta justapor os conceitos de teologia sustentados por (a) Irineu e Tertuliano, e (b) Clemente e Orígenes, na segunda metade do segundo século e na primeira metade do terceiro. Nutrindo profundas suspeitas em relação à filosofia, sendo até hostis a ela, os primeiros limitaram a função da teologia à exposição das doutrinas apresentadas nas Santas Escrituras; elogiavam¹ os cristãos simples que se satisfaziam com a regra de fé. Por outro lado, Clemente e Orígenes chegaram ao ponto de distinguir dois tipos de cristianismo, a que correspondiam dois graus de cristãos. O primeiro tipo, inferior, baseava-se na “fé”, isto é, na aceitação literal das verdades declaradas nas Escrituras e do ensino da igreja, enquanto o segundo tipo, superior, era descrito como “gnosis”, isto é, uma forma esotérica de conhecimento. Esse tipo começava com a Bíblia e a tradição, aliás, baseava-se nelas, mas esforçava-se por trazer à tona seu sentido mais profundo e, à luz disso, explorar os mistérios mais profundos de Deus, de Seu universo e do plano de salvação; supunha-se que isso devia culminar em contemplação mística ou êxtase. Desse modo, eles dividiam os fiéis em simples crentes, a quem tendiam a desprezar, e homens “espirituais”, “gnósticos” ou “perfeitos”, a quem consideravam especialmente privilegiados por Deus.

A linha divisória horizontal coincide com a reconciliação entre a igreja e o império efetuada por Constantino I (306-337), cujo símbolo foi o Concílio de Nicéia (325). Antes disso, a igreja era um corpo perseguido, que lutava para se adaptar a seu ambiente e derrotar inimigos como o gnosticismo. É um mérito da igreja que, apesar de todas as dificuldades, ela tenha conseguido produzir grandes teólogos construtivos como Irineu e Orígenes. Com a acessão de Constantino, porém, a situação mudou radicalmente. Daí por diante, com exceção de um rápido interlúdio, quando Juliano foi o único imperador (361-363), a igreja desfrutaria o favor muitas vezes embaraçoso do Estado. A era de intensa controvérsia eclesiástica havia começado, e os concílios de bispos tornaram-se o instrumento adotado para definir o dogma. Na verdade, a teologia cristã estava entrando em seu primeiro período de esplendor, e as definições conseguidas a custo neste contexto de controvérsia e, muitas vezes, de rivalidades nada edificantes, iriam revelar-se de valor duradouro. O material deste livro foi organizado de modo a levar em conta a relevância dessa divisão horizontal.

1. E. g., Irineu, *haer.* 2.26.1; Tertuliano, *de praescr.* 14.1-3.

Entretanto, o mais importante de tudo é o fato de que a igreja dos pais foi colocada no ambiente cultural complexo do Império Romano. Isso significa que, embora fosse baseada em suas próprias fontes singulares de revelação, a teologia cristã não foi moldada dentro de um vácuo. A atmosfera em que ela teve de crescer e se desenvolver estava repleta de noções religiosas, filosóficas e até teosóficas. Ela reagiu com violência contra algumas; e foi consciente ou inconscientemente afetada por outras. Para quem espera apreciar de forma adequada a evolução do pensamento patrístico é indispensável certa familiaridade com esse ambiente, e neste capítulo há uma tentativa de fornecer esse conhecimento. O leitor não deve esperar uma visão abrangente do judaísmo posterior ou da cultura greco-romana durante os primeiros cinco séculos. Nas próximas seções, serão destacadas algumas tendências e movimentos mais notáveis, mas mesmo esses serão abordados rapidamente e na medida em que tiveram influência no ensino da igreja.

2. O JUDAÍSMO

O judaísmo foi o berço em que cresceu o cristianismo, e com essa fonte tem uma dívida sem igual. Ele marcou profundamente, segundo opinião generalizada, a liturgia e o ministério da igreja, e principalmente seu ensino. Ao avaliarmos esse impacto, devemos levar em conta tanto o judaísmo da Palestina quanto a versão helenizada difundida em Alexandria. O primeiro pode ser tratado muito rapidamente, pois o auge de sua influência ocorre fora do âmbito deste livro, na era apostólica, quando estruturou o pensamento de todos os escritores do Novo Testamento. No entanto, a despeito de os cristãos logo terem rompido com os judeus, seria um erro grave negligenciá-lo, considerando-o uma influência insignificante em nosso período. Até meados do segundo século, quando as idéias helenísticas começaram a ganhar evidência, a teologia cristã estava se formando em moldes predominantemente judaicos, e as categorias de pensamento usadas por quase todos os escritores cristãos antes dos apologistas eram em grande parte judaicas. Isso explica, por exemplo, por que o ensino dos pais apostólicos, embora não seja estritamente não-ortodoxo, muitas vezes soa estranho quando julgado por padrões posteriores. E é certo que essa teologia “judaico-cristã” continuou exercendo uma influência poderosa muito depois do segundo século.

Os dois aspectos do judaísmo palestino posterior que requerem menção aqui são a atitude em relação às “hipóstases” divinas e o acentuado interesse em anjos. É certo que o primeiro aspecto, sem negar provavelmente também o último, ajudaram a criar uma atmosfera intelectual propícia ao desenvolvimento do conceito cristão de um Deus tripessoal. Os que estudam o Antigo Testamento estão familiarizados com a tendência crescente que ali¹ se evidencia de personificar a Sabedoria, atribuindo-lhe funções criadoras; e é conhecida a prontidão com que escritores do Novo Testamento, como Paulo, fazem uso da idéia para explicar a posição de Cristo. No judaísmo

1. Jó 28,12ss; Pv 8,22ss; Sabedoria 7,22ss; Eclesiástico 24,1ss.

posterior, deparamos com um grande número de tais figuras — a própria Sabedoria (um texto¹ deixa implícito que foi à Sabedoria que Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem”, etc.), a “glória” ou “Presença” de Deus (Shekinah), Sua Palavra, Seu Espírito (às vezes² mencionado como o agente de Deus na criação) e ainda outros. Continua em aberto a questão de determinar até que ponto eles foram de fato hipostatizados; a probabilidade é de que tratavam-se de abstrações personificadas ou, então, perífrases para designar o próprio Deus, e que a questão de sua subsistência independente jamais tenha sido levantada. Ao mesmo tempo, no judaísmo posterior, houve um enorme avanço e aprofundamento na crença nos anjos, os ministros de Deus, mencionados com tanta freqüência no Antigo Testamento e que, até o livro de Daniel, eram citados de forma anônima. Alguns deles agora receberam nomes pessoais, e lemos³ acerca de sete (ou seis) arcanjos. A piedade popular gostava de imaginar que a vontade de Deus era executada em Seu mundo por esses seres, que agiam como Seus representantes; havendo, inclusive, um anjo, Uriel, destacado para controlar o movimento das estrelas.⁴ Alguns estudiosos acreditam ser de especial interesse a sugestão, da qual podem-se encontrar indícios em algumas fontes,⁵ de que na corte celestial dois poderes angélicos, às vezes identificados como Miguel e Gabriel, estão diante do trono de Deus intercedendo pelos homens.

Deve-se dar atenção bem maior ao ramo específico do judaísmo que floresceu em Alexandria. Em dias passados, ele havia produzido a Septuaginta, tradução grega do Antigo Testamento, e no período cristão revelou-se um canal muito propício à introdução da cultura helenística na igreja primitiva. As idéias gregas sempre atraíram os judeus daquela grande cidade cosmopolita, situada na fronteira entre o Oriente e o Ocidente, e foi aí que se deu a mais completa tentativa de interpretar a teologia judaica em termos de filosofia helenística. Talvez o expoente mais notável dessas tendências tenha sido Filo (c. 30 a. C. — c. 45 A. D.), que, além de ser um homem de muito estudo e tendência decididamente mística, foi uma figura de destaque na comunidade judaica de Alexandria, tendo chefiado a delegação enviada ao imperador Gaio em 40 A. D. Judeu inflexível na fé e na prática, ele foi atraído pelos filósofos gregos, especialmente Platão, aceitando sem restrições a distinção platônica entre o mundo ideal (ou inteligível) e o material, afirmando, entretanto, que todas as melhores idéias de tais filósofos haviam sido anunciadas nas Escrituras judaicas. O Pentateuco era seu estudo favorito, e a maioria das volumosas obras que escreveu são dedicadas à sua exposição. Filo entendia que a Bíblia havia sido plenamente inspirada, no sentido de Deus ter usado os autores dela como instrumentos passivos para comunicar Sua vontade.⁶ Dois aspectos de seu pensamento são de especial interesse para os que estudam a doutrina cristã.

O primeiro aspecto é o método de alegorização das Escrituras, pelo qual pôde mostrar que as verdades apresentadas pela religião revelada eram idênticas às dos

1. 2 Enoque 30.8.

2. Judite 16.14; 2 Baruque 24.1ss.

3. E. g., Tobias 12.15; 1 Enoque 20.1ss.

4. 1 Enoque 75.3.

5. E. g., Apocalipse de Moisés 33-35.

6. Cf. *quis rer. div. haer.* 66; de *spec. leg.* 1.65.

filósofos. A exegese alegórica não era novidade alguma naquela época; estudiosos tinham-na empregado durante séculos, com o objetivo de descobrir significados ocultos nos poemas de Homero e Hesíodo, e, com sua ajuda, os estoicos (e. g., L. A. Cornuto, em c. 50 A. D.) puderam interpretar seu próprio sistema metafísico a partir dos mitos antigos. Mais de cem anos antes, um judeu alexandrino, Aristóbulo, havia utilizado esse método para dar uma explicação convincente para os antropomorfismos mais grosseiros do Pentateuco. Filo acolhe o método com entusiasmo, afirmando¹ que, dentre as várias atitudes possíveis diante da lei mosaica, a mais satisfatória é observar meticulosamente suas prescrições e, ao mesmo tempo, com a ajuda da alegoria, lutar para captar seu significado mais profundo. Ele compara² o sentido literal das Escrituras à sombra lançada pelo corpo, encontrando sua verdade autêntica e mais profunda no significado espiritual que ela simboliza. Não é que Filo deseje depreciar, muito menos abolir, o significado literal; assim como o homem é corpo e alma, e deve dar atenção àquele como tabernáculo deste, o sentido histórico literal também merece o mais profundo respeito.³ Mediante esses princípios, ele é capaz de explicar⁴ a história de Adão e Eva como um mito que simboliza a criação da alma terrena do homem, juntamente com a inteligência, os sentimentos e as paixões, a sedução da inteligência pelo prazer e sua sujeição à ordem material, e as maneiras pelas quais ela pode voltar a seu estado original. Esse é apenas um exemplo de um método pelo qual, embora apegando-se estritamente à letra da lei, Filo pode vê-la como um véu divinamente autorizado que cobre todo um complexo de idéias filosóficas gregas, consideradas por ele intelectualmente atraentes.

Em segundo lugar, há seu conceito do Logos ou Palavra. Guiado pelos platonistas posteriores que tanto admirava, Filo ensinava⁵ que Deus é totalmente transcendente; Ele transcende até mesmo a virtude, o conhecimento e a bondade e beleza absolutas, formas eternas postuladas por Platão, o mestre por quem tinha grande reverência. Deus é um ser puro (*to ontōs on*), absolutamente simples e auto-suficiente,⁶ e pode ser descrito⁷ como o que “não possui qualidade” (*apoiōs*) — o que provavelmente significa que, por Sua transcendência, Ele não pode ser incluído em nenhuma das categorias lógicas em que classificamos os seres finitos. Surgiu então o problema de Sua relação com o mundo. Esse era um assunto de grande premência, porque, para a teologia judaica, Deus o havia levado à existência mediante Seu *fiat* e tinha interesse direto nele, enquanto o platonismo também insistia na formação e no governo divino do universo. A solução platônica da época, conforme veremos, foi interpor uma hierarquia de seres divinos entre o Bem Supremo, ou Deus, e a ordem material, entendendo que esses seres controlavam, ou até criavam, essa ordem. Filo

1. *De ebriet.* 33-93.

2. *De confus. ling.* 190.

3. *De migrat. Abrah.* 89-93.

4. *Leg. alleg.*, passim.

5. *De opig. mun.* 8.

6. *De post. Caini.* 167; *leg. alleg.* 2.2s; *de mut. nom.* 27.

7. *E. g., leg. alleg.* 1.51.

Porque chegará o tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, desejando muito ouvir coisas agradáveis, ajuntarão para si mestres segundo seus próprios desejos (2Tm 4.3).

**Qual era a fé dos cristãos que viveram logo depois dos apóstolos?
Sobre o que debatiam os primeiros teólogos da igreja?
Quais heresias ameaçaram a sã doutrina nos começos da reflexão teológica?**

A palavra profética de Paulo a Timóteo se cumpriu, por isso não podemos cometer o erro de ignorar a história, pois aqueles que o fazem estão condenados a repeti-la. Kelly nos expõe no que acreditavam os antigos pais da igreja, os teólogos e pastores que sucederam aos apóstolos. E como aprendemos nesta obra, eles lutaram muito para separar a verdade do erro, a sã doutrina da heresia.

Patrística é um relato claro e atualizado dessa luta, uma ferramenta indispensável para se entender o desenvolvimento das principais doutrinas do final do primeiro século ao Concílio de Calcedônia. As controvérsias desse período também são apresentadas de forma equilibrada à luz da erudição moderna. As questões da Trindade, da autoridade da Bíblia, da natureza de Cristo, da salvação, do pecado original e muitas outras são estudadas a fundo.

No entanto, antes dessa imersão, o leitor tem um panorama didático que trata do judaísmo, das tendências religiosas da época, da filosofia helenística, do gnosticismo etc., revelando o contexto da formação dos ensinamentos da igreja cristã.

Esta é uma obra de referência essencial para teólogos, historiadores e toda pessoa interessada nas raízes de sua fé ou que queira simplesmente entender melhor o cristianismo.

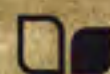
O autor trata de um tema complexo de forma simples e, nas bibliografias e notas de rodapé, fornece um excelente guia para quem quiser se aprofundar no assunto. Mas prepare-se, pois a riqueza de informação é tão grande e seu interesse será tão aguçado que só uma leitura não o satisfará.

Publicado anteriormente sob o título *Doutrinas Centrais da Fé Cristã*.

ISBN 978-85-275-0182-8



9 788527 501828



VIDA NOVA

www.vidanova.com.br